

Crédito-ponte é essencial

Ainda que o Brasil receba, antes do final do ano, parte dos recursos ontem acertados em reunião entre os principais bancos credores e o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, o Governo precisará obter empréstimos-ponte para cobrir os pagamentos em atraso de juros que vencem até o final deste mês e em outubro, afirmou ontem o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

Embora o montante não deverá ser muito elevado — em torno de 300 milhões de dólares — a obtenção destes recursos é essencial para que os bancos credores não sejam obrigados a lançar esses juros vencidos como créditos em liquidação (non-performing loans), após o prazo crítico de 60 — ou, em alguns casos, 90 — dias de atraso.

De acordo com Simonsen, se os bancos liberarem os 6,5 bilhões de dólares antes do final do ano, estará garantido o fechamento das contas do país em 83 e uma folga financeira no início de 84. Mas ele advertiu que o desembolso dos recursos ainda depende da aprovação formal

do acordo entre o Governo e o FMI pelo conselho-diretor do Fundo e também do resultado da votação do Decreto-Lei 2.045, que limita em 80% do INPC os reajustes de todos os salários.

O também ex-Ministro e economista Celso Furtado considerou ontem que “é difícil que os bancos grandes consigam convencer os pequenos e médios a colaborarem neste esquema (do jumbo de 6,5 bilhões de dólares), porque é muito pouco provável que eles sozinhos possam levantar este dinheiro todo”.

Tanto Celso Furtado quanto o economista Paulo Nogueira Batista Jr., professor da PUC, acreditam que a obtenção do jumbo retarda mais um pouco a inevitável mudança da atual forma de refinanciamento da dívida que vem sendo seguida desde o final do ano passado — reescalonar o principal e financiar uma parte da conta de juros através de jumbos — por um novo programa de reescalonamento automático dos juros. Só isso, segundo eles, permitiria ao país fazer face às suas necessidades financeiras.